

Gestão e Desenvolvimento da Propriedade intelectual como instrumento de ampliação de valores organizacionais e no desenvolvimento Comunitário

Claudia de Oliveira Pereira*

Especialista em Gerenciamento de projetos. UNESA - Campos dos Goytacazes-RJ

Auner Pereira Carneiro*

Prof.D.Sc.USP-SP.PROF.UNIG-ITAPERUNA-RJ

Eduardo Moura*

Prof. Unesa-Campos dos Goytacazes - RJ

Resumo

O presente artigo intui provocar reflexões sobre o universo do terceiro setor a partir das dificuldades encontradas em capitalizar suas organizações para o atingimento das finalidades para as quais foram concebidas. Para tanto, propõe-se a associação do uso do Direito da Propriedade Intelectual, oriunda da própria comunidade, como ferramenta para a construção de ativos não circulantes, com vistas a promover a capitalização e desenvolvimento na comunidade e de seus interventores sociais. Para situar o leitor, em assunto tão pouco conhecido, considera-se que além da literatura pertinente ao terceiro setor, as leis de propriedade intelectual, e suas subdivisões tais como: direito autoral e propriedade industrial e da lei que versa sobre disposições relativas demonstrações financeiras e os ativos empresariais. Associa-se a proposta, à forma de transformar os ativos sociais em ativos não circulantes por intermédio de projetos de desenvolvimento, observando-se o método mais adequado de gestão para o processo, levando a uma comparação superficial entre as metodologias PMI e PMD PRO. Finalmente apresentam-se as ações de construção dos ativos demandadas a cada fase do ciclo de vida de um projeto. Conclui-se por uma nova perspectiva que se abre para conferir as organizações do terceiro setor condições legais de sustentabilidade e o desenvolvimento comunitário que tanto almejam.

Palavras Chave: Terceiro Setor; Sustentabilidade; Metodologias PMI e PMD PRO; Direito Autoral; Direito da Propriedade Industrial.

Abstract

This article intuits cause reflections on the universe of the third sector from the difficulties encountered in capitalizing their organizations to the achievement of the purposes for which it was designed. To this end, we propose the association between use of Intellectual Property, coming from the community itself, as a tool for the construction of non-current assets, in order to promote the capitalization and development in the community and its social stakeholders. To situate our reader, in matters so little known, we consider, in addition to the literature on the third sector, intellectual property laws and its subdivisions such as copyright and industrial property law which deals with provisions financial statements and the business assets. Still we associate the proposal, the way to transform the social assets in noncurrent assets through development projects, observing the most suitable method for managing the process, leading to a superficial comparison between the PMI and PRO PMD methodologies. Finally we list the building actions of the defendants assets at each stage of the life of a project. We conclude that this is a new

perspective that opens to give organizations the third sector legal conditions of sustainability and community development that both crave.

Keywords: Third Sector; Sustainability; PMI methodologies and PRO LDCs; Copyright; Law of Industrial Property.

1 Introdução

Esta pesquisa baseia-se na geração de ativos não circulantes para a sustentabilidade das organizações pertencentes ao Terceiro Setor (TS), pelo uso da Propriedade Intelectual e suas subdivisões, vinculadas a elaboração e execução de um projeto, seja ele, específico para este fim, subprojeto ou mesmo um portfólio. Justifica-se pela necessidade de fornecer informações que permitam às organizações deste setor disporem do conhecimento introdutório sobre a dinâmica do processo da construção de ativos não circulantes, no formato de bens intangíveis, a partir da identificação, captação e uso comercial da Propriedade Intelectual.

No TS há uma ligação pouco usual, ou mesmo, usualmente empírica e modestamente aplicada desta prática. As tecnologias de gerenciamento de projetos capazes de administrar a aplicação do estudo proposto inclui o uso diligente nas fases dos ciclos de projetos. A metodologia de gerenciamento de projetos é a mais adequada ao processo e dentro dela as fases de gerenciamento de projetos e as respectivas ações a elas, foram correlacionadas.

2 Terceiro setor e suas características econômicas

As mazelas sociais no Brasil estão presentes em todas as áreas: saúde, saneamento, segurança, educação, além de muitas outras, seja por má administração governamental e políticas mal formuladas e partidaristas, por deficiências do desenvolvimento da visão holística, de forma sistêmica e integrada ou simplesmente por questões culturais, vivenciadas em uma realidade muito sofrida e desgastante.

Apesar dos direitos elencados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, “concedidos” em menor ou maior proporção, a realidade apresenta discrepâncias

sociais regionais que vão desde o acesso à educação até o simples e necessário direito à alimentação e a ingestão de água. Dentro deste universo está o indivíduo socializado, restrito as características de sua área regional, suas vivências culturais e valores. Reflexo deste movimento compõe-se o Terceiro Setor, não em um formato único, compacto, mas fragmentado e individual como a composição de seus grupos.

Terceiro setor é o espaço ocupado especialmente por organizações da sociedade civil (privadas, não governamentais), sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse social ou coletivo (público ou autoajuda/mutualidade), constituídas basicamente na modalidade de associações e fundações privadas (e organizações religiosas também). (CABRAL, 2008)

A esta multiplicidade de envolvidos e suas características igualmente dicotômicas atribui-se a dificuldade para promover a formalização, integração, normalização, administração e desenvolvimento, bem como a criação de sistemas de sustentabilidade organizacional.

Fernandes, Salamon e Anheier, entre outros, afirmam que a definição do setor pela negativa, a multiplicidade e a variedade de organizações que o compõem e a ambiguidade de seus termos são elementos que contribuem para criar obstáculos de naturezas várias para as organizações, dificultar a identificação do setor na sociedade e estabelecer empecilhos para a possibilidade de constituição de um setor com contornos mais definidos (CABRAL, 2008).

Composto encontram-se as ONGs, OS, OSC, Obras Sociais, OSCIPs, Entidades Filantrópicas, Fundações Empresarias, Organizações Comunitárias, Movimentos Sociais, Instituições religiosas, entre outras.

O Terceiro Setor é um espaço relacional na sociedade com finalidade específica, a proteção social, no qual transitam organizações com tais e quais características. ... É uma área intermediária e não claramente definida do espaço público na sociedade civil,...Misturam recursos e lógicas de setores

diferentes, com papéis políticos e econômicos de igual importância”. (CABRAL, 2008).

Desta forma, todas trabalhando ativamente para o desenvolvimento de sua parcela social. Esta diversidade é muito bem expressada acima por CABRAL. Como qualquer empresa uma organização pertencente ao Terceiro Setor, organização não governamental, necessita de recursos financeiros para a manutenção de suas atividades, e para conferir condições e poder a seus agentes para atuarem em prol de seus beneficiários sociais, e assim atingir as finalidades para as quais foi concebida, nada além da sustentabilidade organizacional de uma empresa social.

E empresa social não é uma instituição de caridade. É uma empresa em todos os sentidos. Ela tem que recuperar todas as suas despesas e, ao mesmo tempo, alcançar os seus objetivos sociais. [...] Hoje em dia, no mundo todo, há muitas organizações que concentram seus esforços na criação de benefícios sociais. A maioria não recupera seus custos totais. As organizações sem fins lucrativos e as não governamentais contam com doações, subvenções de fundações ou apoio governamental para implementar seus programas. (YUNUS, 2008)

Conforme salientado por YUNUS, as vertentes de captação de recursos para operacionalizar uma organização no Terceiro Setor são muito restritas e em sua maioria gessada por meio de projetos. “Existem milhares de entidades, principalmente as que têm convênio com o governo, que tem uma dependência de 70, às vezes até 90 por cento do governo”. (ESTRAVIZ, 2011).

Esta dependência econômica na extensão do processo de existência de uma organização é um risco permanente, quer por estar sujeita as nuances da influência política, as incertezas econômicas e de gestão, ou outras mais, em um país pouco estável como o Brasil, ou mesmo quando a origem dos recursos é internacional Para profissionais versados e orientadores na prática da captação, como ESTRAVIZ, o ideal é que os recursos sejam captados de diferentes fontes em percentuais pré-estabelecidos, com o objetivo de mitigar os riscos das organizações, sobre isso, é claro em orientar:

“deve-se buscar três terços de fontes diferentes de recursos, cada uma não representando mais de 35 por cento dos recursos da entidade” (ESTRAVIZ, 2011).

Para a maioria das Organizações Não Governamentais a elaboração, captação de recursos para execução e a gestão de projetos são estratégias de sobrevivência e não, como deveriam ser, de ampliação e melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas. Como todo projeto apresenta uma lógica existencial, chamado ciclo de vida, e este é composto por fases bem definidas, adequando-se mais ou menos a realidade em que se insere o projeto, seus objetivos e necessidades de controle, a organização acaba se enquadrando neste ciclo como se dele fizesse parte.

O ciclo de vida de um projeto consiste nas fases do mesmo em que geralmente são sequenciais e que às vezes se sobrepõem, cujo nome e número são determinados pelas necessidades de gerenciamento e controle da organização (ões) envolvida, natureza do projeto em si e sua área de aplicação. Um ciclo de vida de um projeto pode ser documentado com uma metodologia. (PMI - Guia PMBOK, 2008).

Dentro da metodologia de gerenciamento de projetos mais usual, o PMI, o ciclo de vida de um projeto, possui quatro fases bem distintas, mesmo que interajam entre si, ou sejam, em alguns casos adaptadas, devido ao tamanho ou a complexidade do projeto, são mantidas como premissa básica na execução do processo, por esta razão o término do projeto se confunde erroneamente com o fim das atividades da organização.

Os projetos variam de tamanho e complexidade. Não importa se grandes ou pequenos, simples ou complexos todos os projetos podem ser mapeados para a estrutura de ciclo de vida a seguir: Início do projeto; organização e preparação; execução do trabalho do projeto e encerramento do projeto. (PMI - Guia PMBOK, 2008)

Em todas as linhas de financiamento são encontradas diretrizes mais ou menos padronizadas, estabelecidas a partir das necessidades dos financiadores. Quando o recurso origina-se de empresas privadas atendem as diretrizes da cultura organizacional, missão,

visão e valores que pautam as ações daquela organização, no que tange a sua ASE¹. Já os financiadores internacionais utilizam padrões desenvolvidos a partir de culturas próprias e diferenciadas, por vezes, não entendida ou mal interpretadas pelos gestores das organizações brasileiras. Um dos grandes desafios enfrentados pelo TS, com relação às suas integrantes, é o da gestão. Que possui características muito marcantes e evidenciadas em todo o universo das organizações.

Universo das organizações com finalidades amplas e diferentes, não existe um modelo de gestão; ausência ou escassez de informações e conhecimento sobre como se encontra a gestão dessas organizações; organizações sem estrutura de governança claramente definida: conselhos, diretoria executiva e ausência de instrumentos básicos de gestão financeira, de pessoal e de processos internos. (Escola Aberta do 3º Setor, 2014)

Devido a necessidade de se adequar as prerrogativas estabelecidas para a concessão de recursos e a ausência de estrutura de gestão, a organização perde sua identidade existencial e passa a ser reconhecida pelo nome do projeto que executa, ou seja, ela perde seu maior ativo. Quando o projeto se encerra, a organização que não projetou sua sobrevivência encerra-se com ele, até que consiga reunir forças para mais uma contenda de captação recursos, geralmente por intermédio de um novo projeto.

Durante as três primeiras fases do ciclo de vida do projeto a equipe que o compõe está mobilizada, atuante na certeza da permanência e dos resultados, já no final da terceira, em andamento para a quarta fase, o encerramento, começa a desmobilização dos recursos humanos, que migram para outras oportunidades de trabalho ou simplesmente reduzem sua capacidade produtiva devido a eminência de desvinculação.

Neste ponto entende-se como condicionante essencial a elaboração e principalmente a gestão tecnicamente qualitativa do projeto e do processo que o envolve.

ASE – Ação Social da Empresa.

3 As metodologias PMI e PMD PRO

3.1 PMI - Project Management Institute

O uso de metodologias específicas no gerenciamento de projeto originou-se da indústria bélica e aeroespacial, em seguida adotada na engenharia devido a necessidade de controle e gestão dos processos tecnológicos. Fundado em 1969, nos EUA, o Project Management Institute – PMI é uma entidade internacional sem fins lucrativos, concebida para assumir a função de reguladora e certificadora, agregando ou recusando práticas em gestão de projetos aplicadas em todo o mundo.

Para tanto desenvolveu o Project Management Body of Knowledge (PMBOK), guia que compila, explicita e padroniza todas as melhores práticas de gerenciamento de projetos possíveis de serem aplicadas nas organizações, objetivando pautar as ações dos gestores desta prática profissional.

O Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®) é um padrão reconhecido para a profissão de gerenciamento de projetos. Um padrão é um documento formal que descreve normas, métodos, processos e práticas estabelecidas. (PMI - Guia PMBOK, 2008)

Embora a metodologia PMI, seja extremamente eficaz, em ambientes organizacionais tradicionais encontra algumas dificuldades em sua aplicação no ambiente social.

3.2 PMD PRO - Project Management for Development

O PMD PRO é uma metodologia de gerenciamento de projetos recentemente desenvolvida pela LINGOS, organização criada por uma rede de 75 ONGs, objetivando pautar as práticas de gestão de projetos em organizações pertencentes ao TS, por entender que a gestão de projetos é uma competência chave para as ONGs.

Estas organizações perceberam que gestão de projetos é uma competência chave das organizações sociais, e reuniram seus conhecimentos para adaptar

o PMBOK (guia internacional que reúne boas práticas de gerenciamento de comerciais) para organizações do terceiro setor, criando assim o PMD PRO – Project Management for Development. (PMD PRO, 2012)

.O Ciclo do Projeto é mais longo, dividindo-se em fases, entre as quais a primeira apresenta uma dinâmica própria de interação com a comunidade e a detecção e análise dos ativos observados na comunidade em questão. Uma das características trazidas pela metodologia PMD PRO é o uso do planejamento reiterativo, assim definido pela LINGOS:

O Gerenciamento do Projeto é Reiterativo! – Revisar e repetir os processos de gerenciamento de projeto em toda a vida do projeto para confirmar que seus designs, planos e resultados pretendidos ainda estejam relevantes. (PMD PRO, 2012)

Para gerir o processo de transformação de ativos a visão empresarial do PMI é sem dúvida, de suma importância, mas por não serem as relações de comércio, o único objetivo do bem social, e sim a identificação dos valores sociais que permeiam a produção deste bem, valorados como o diferencial para sua aquisição por parte do consumidor, a metodologia PMD PRO é mais adequada, embora por ser construtora, exija maior tempo para que os objetivos da transformação de ativos sejam alcançados

4 Ativos organizacionais

Em projetos de desenvolvimento encontramos dois tipos de ativos, figurantes na preocupação do sistema de gerenciamento do projeto, um deles é o ativo financeiro e contábil, o outro o ativo social. É fundamental compreender que :

“Na definição de ativo é normalmente incluído qualquer bem ou direito na posse de um determinado sujeito econômico e que, neste contexto, constitui parte do patrimônio desse mesmo sujeito”. (PMD PRO, 2012).

Já de acordo com as especificações financeiras, podemos identificar os ativos de uma empresa como seu patrimônio tangível ou intangível, figurantes em seu Balanço Patrimonial. O PMD PRO deixa clara esta definição e a posiciona na fase de análise. Ainda nesta fase é estabelecida a abordagem de gestão que será adotada pelo gerente de projetos e em conjunto e sua governança social.

No contexto do setor de desenvolvimento, os exercícios de justificativa do projeto começam geralmente com uma análise da necessidade. Além disso, conforme a equipe do projeto começa a coletar os dados referentes ao design preliminar do projeto, uma das decisões que devem ser tomadas é se o projeto definirá as necessidades com base na abordagem “baseada em problemas” ou a “baseada em ativos”. (PMD PRO, 2012)

Dentro das especificações do PMD PRO, impera o consenso do uso da abordagem baseada em ativos, identificando as oportunidades, os pontos positivos e os recursos existentes na comunidade.

Ao identificar os ativos/recursos que existem atualmente em uma comunidade, o foco da definição das necessidades fica menos concentrado em se consertar o que está quebrado e mais concentrado em se reproduzir e reforçar o que está funcionando. (PMD PRO, 2012)

. Conhecer o ambiente que envolve a comunidade sua cultura e valores, são informações necessárias para erigir as diretrizes que irão embasar o fundo de comércio da organização. A comunidade tem papel indispensável no processo, porque dela se origina o reconhecimento da existência do valor implícito, e é ela o principal instrumento de transformação do intangível.

4.1 Ativos não circulantes

Referenciando a Lei 11.638 de 2007², que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, os ativos permanentes são divididos em quatro subgrupos: Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido.

A Medida Provisória 449/2008 modificou a composição dos grupos patrimoniais, estabelecendo que o ativo não circulante passasse a ser composto por: Ativo realizável em longo prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido. “Dentro do subgrupo de intangíveis encontra-se o foco do nosso trabalho cabe então definir: “bens intangíveis (incorpóreos) são destinados à atividade fim da empresa, como, por exemplo, o fundo de comércio (*goodwil*), marcas e patentes, etc.”

Construir esta estrutura de ativos, é que fará a diferença entre a manutenção ou não dos recursos captados. A Lei acima citada define três elementos considerados bens intangíveis que figuram como instrumentos das relações de comércio, e estão inseridos na legislação comercial, dentro do direito da Propriedade Industrial, Lei 9.279/96³. Mas há ainda um instrumento legal muito importante para nosso trabalho, a Lei 9.610/98, que dispõe sobre o direito autoral e conexos,⁴ dotado de ativos intangíveis, comumente encontrados nas comunidades.

4.2 Identificação de ativos diferenciais

O sujeito da ação torna-se gestor no ativo social. Em seguida é necessário promover a inserção do ativo social, na elaboração do projeto e vinculá-lo aos recursos necessários para a transformação e gestão do ativo.

² Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

³ Lei 9.279 de 14 de maio de 1996, Art. 1º Esta lei regula direitos e obrigações relativos à Propriedade Industrial

⁴ Lei 9610 de 15 de fevereiro de 1998, Art. 1º Esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos.

5 Propriedade intelectual e sua relação com o fundo de comércio

A OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual, ligado a ONU, órgão máximo de representação dos direitos de propriedade intelectual, a especifica tal qual ela é e como deve ser percebida por todos os países signatários de seus acordos.

Propriedade Intelectual, segundo a Convenção da OMPI, é a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artísticos intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico. (BARBOSA, 2010)

Nesta definição, perfeita da OMPI, estão definidos todos os ativos intangíveis possíveis de serem transformados pelo uso de instrumentos legais, e passarem a figurar como ativos não circulantes de qualquer organização seja ela, social ou não, como é evidenciado a seguir:

“O conjunto de todas as coisas e direitos reunidos para a atividade empresarial, somado com a organização destes mesmos elementos com o propósito de produzir coisas e serviços, é o fundo de comércio.” (BARBOSA, 2010).

Por conseguinte podem-se definir os ativos intangíveis, como bens que não possuem existência física são baseados no conhecimento humano, e quando fazem parte do ativo não circulante de uma empresa ratificam seu potencial econômico como é evidenciado a seguir.

5.1 Direito autoral

O direito autoral é uma das subdivisões da propriedade intelectual, e compõe-se de obras literárias, artísticas e científicas, apresenta como características básicas a originalidade, paternidade e a fixação. Expressa desta forma pela lei 9.610/98.

Art. 7º - São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;

III - as obras dramáticas e dramático - musicais;

IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;

V - as composições musicais tenham ou não letra;

VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;

VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;

VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;

IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;

X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;

XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;

XII - os programas de computador;

XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constitua uma criação intelectual.

O próprio projeto pode se tornar uma obra literária, expressando os caminhos engendrados para o alcance dos objetivos propostos. Pode ser um manual técnico, criado a partir do desenvolvimento de processos, para ser disseminado em comunidades a fins, obras artísticas, tais como expressões gráficas ou artísticas, em formato de peças, livros, quadros, artesanato, músicas, etc. As opções são muitas e podem ser usadas em sua amplitude.

Seu período de geração de recursos econômicos perfaz 70 anos após a morte do autor, sendo extensivo a seus herdeiros. Ganham: o autor, a comunidade, a organização social, a cultura, em suma, a sociedade como um todo.

5.2 Propriedade Industrial

Ao contrário do direito autoral a Propriedade Industrial apresenta a organização e sua relação com o mercado, o foco de ação, mesmo que a valoração individual esteja no reconhecimento do inventor ou criador, seu valor se centra na relação de comércio que é capaz de gerar, determinada pela Lei. 9.279/96:

Art. 2º - A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerando o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, efetuando-se mediante:

I – concessão de patentes de invenção e modelos de utilidade;

II – concessão de registro de desenho industrial;

III – concessão de registro de marca;











IV – representação as falsas indicações geográficas; e

V – representações a concorrência desleal.

Ao contrário das obras autorais, que se projeta em um ambiente cultural, lúdico ou artístico, para um quantitativo seletivo de apreciadores que visualizam seu valor implícito, a propriedade industrial, é contenda de mercado, seus valores estão explícitos nas relações de bens e consumo, e requerem produção compulsória definida pela própria lei, caso o detentor do direito dele não faça uso.

Mesmo mostrando grandes empresas não sociais, o quadro abaixo expressa o peso econômico de uma marca:

Fig. 1 : grandes empresas não sociais

| # | Empresa | Valor da marca em 2011 (Em bilhões de dólares) | Crescimento da marca entre 2010 e 2011 |
|----|---|---|--|
| 1 |  | 153,285 | 84% |
| 2 |  | 111,498 | -2% |
| 3 |  | 100,849 | 17% |
| 4 |  | 81,016 | 23% |
| 5 |  | 78,243 | 2% |
| 6 |  | 73,752 | 8% |
| 7 |  | 69,916 | N/A |
| 8 |  | 67,522 | 18% |
| 9 |  | 57,326 | 9% |
| 10 |  | 50,318 | 12% |

Fonte: <http://crisvogt.blogspot.com.br>

É obvio que o patrimônio físico da Google é infinitamente menor que seu potencial de mercado, visto que suas atividades permeiam o meio digital, seu valor de mercado se transformou de intangível a tangível, e pode então ser mensurado.

Ainda no contexto marcário⁵ não é possível esquecer de tantos outros instrumentos da propriedade industrial que pode ser utilizada, por exemplo a marca certificativa que detida por uma organização com o objetivo de normalizar um determinado grupo produtivo e suas características de identificação e confiabilidade de mercado, a indicação geográfica responsável por localizar um produto e associa-lo a uma região geográfica de referência produtiva, a marca associada a um produto ecológico, inúmeras são possibilidade de uso deste ativo. O período de domínio⁶ de uma marca é permanente ressarcido o órgão responsável das taxas correspondentes à certificação. Renovável a cada 10 anos.

⁵ Diz-se do que apresenta característica de marca perante a lei da Propriedade Industrial

⁶ Domínio, em propriedade intelectual, diz-se do direito de uso uma cessão de obra ou tecnologia.

Ainda no contexto da propriedade industrial, temos as patentes, que se originam de inventores independentes ou vinculados a IEP⁷. Os ativos sociais são a certeza da longevidade econômica da organização e do desenvolvimento social.

6 Processos para transformação dos ativos e respectivas fases do ciclo de vida de um projeto

O PMD PRO é tecnologia de gerenciamento de projetos mais eficiente para a transformação de ativos sociais.,

Fig2: Gerenciamento de projetos por meio do PMD PRO

Adaptado do Guia do PMBOK – 3.ed. 2012



6.1 Fase de Identificação e Design do Projeto

Esta é a fase inicial do gerenciamento de projetos pela metodologia referenciada

Design e identificação do Projeto: é durante esta fase que as equipes do projeto definem necessidades, exploram oportunidades, analisam o ambiente do projeto e criam alternativas para o design do projeto.

⁷ Institutos de ensino e pesquisa

As decisões tomadas durante a fase de Design e identificação do projeto definem a estratégia e a estrutura operacional dentro da qual o projeto funcionará subsequentemente. (PMD PRO, 2012)

Nesta fase são identificados e relacionados todos os ativos da comunidade, nela há um estreitamento das relações com a comunidade devido ao uso da metodologia participativa.

6.2 Fase de Definição do Projeto

A inserção dos ativos selecionados e passíveis de transformação são apresentados nesta fase, para serem aprovados tanto pela comunidade, quanto por seus interventores e a governança formada a partir da interlocução.

É durante essa fase que o projeto é oficialmente autorizado e os seus parâmetros gerais são definidos e comunicados aos principais interessados do projeto. Também é durante essa fase que a equipe do projeto estabelece a estrutura de governança de projetos de alto nível. (PMD PRO, 2012)

Nesta fase a governança é científica dos ativos encontrados e as possíveis ações que a eles devem ser direcionadas, lembra-se que dentre os ativos identificados estarão aqueles dos quais a organização se valerá para construir a sua carteira de ativos não circulantes, em parceria com os produtores da comunidade, incluindo neste grupo a marca da organização, e algum outro ativo passível de transformação.

6.3 Planejamento do Projeto

Quando se trata de planejamento, o conhecimento adquirido nas fases anteriores nos servirá para estabelecer as ações mais adequadas a implementação do veículo de transformação do ativo.

Planejamento do projeto – começando com os documentos desenvolvidos nas fases anteriores do

projeto, durante a fase de planejamento a equipe desenvolve um plano de implementação⁸ abrangente e detalhado que fornece um modelo para todo o trabalho do projeto. Esse plano é revisitado por toda a vida do projeto e atualizado (se necessário) para refletir os contextos de mudança do projeto. (PMD PRO, 2012)

Em primeiro lugar é necessário, a partir do vínculo estabelecido na fase anterior, identificar o formato que se dará ao processo para captar este recurso, um projeto independente, um subprojeto, um plano de marketing.

6.4 Implementação do Projeto

Nesta fase coloca-se em prática nossa proposta de produção dentro das diretrizes estabelecidas pelo projeto, o prazo das atividades deve ser pareado com os ciclos do projeto matricial, mas a gestão deve considerar os diferentes objetivos das ações, pois serão dois projetos sendo executados.

O trabalho diário de implementação do projeto é liderar e gerenciar a aplicação do plano de implementação do projeto: Liderar a equipe, resolver problemas, gerenciar a equipe do projeto e integrar os elementos diferentes do plano do projeto de modo criativo. (PMD PRO, 2012)

Procedimentos legais e ações que darão suporte a proteção do ativo em transformação e concomitante a isso a criação do fundo de comércio.

6.5 Monitoramento, Avaliação e Controle do Projeto

O monitoramento, avaliação e controle, cabem acompanhar o andamento dos processos de proteção dos ativos perante os órgãos competentes, analisar o posicionamento mercadológico das empresas cessionárias.

⁸ Pode ser conhecido também com o termo “Execução” ou Project, em suma é projeto elaborado, e aprovado para ser implementado.

“Essa fase se estende por toda a vida do projeto e mede continuamente seu andamento e identifica as ações corretivas adequadas em situações em que o desempenho do projeto se desvia significativamente do plano.” (PMD PRO, 2012)

Aqui o desempenho dos ativos é acompanhado e reposicionado.

6.6 Transição para o final do projeto

Na fase de transição é alocada e distribuída a gestão dos ativos, são revistas as diretrizes para gestão, repasse e controle dos recursos dos bens. A formalização da transferência dos ativos, é de suma importância.

Essa fase inclui a implementação de todas as atividades de transição que precisam ocorrer no final do projeto, inclusive (mas sem se limitar a) a confirmação de resultados/produtos com beneficiários, a coleta das lições aprendidas e a complementação das atividades de encerramento administrativo, financeiro e contratual. (PMD PRO, 2012)

Um levantamento minucioso da documentação relacionada as ações de transformação podem ser registros documentais para posteriores ações judiciais, comuns na exploração dos direitos de exploração de propriedades intelectuais e industriais.

7 Considerações finais

Neste artigo encontra-se uma forma substancial de promover a sustentabilidade das organizações vinculadas ao Terceiro Setor, surgindo do enfrentamento com a realidade a solução para suas próprias contendas. Demonstra-se de forma o modo usual para transformar um bem social intangível em um ativo não circulante, concedendo solidez as organizações que atuam junto a comunidade, com o objetivo de desenvolvê-la.

Observa-se o uso do projeto e suas respectivas fases na transformação dos ativos, utilizando a metodologia PMD, criada pela LINGUS, por entender o gerenciamento de projetos como uma demanda técnica essencial a organizações do TS. Assim entende-se que os dispositivos legais aqui apresentados devem ser utilizados com propriedade em favor daqueles os quais são usados como argumento justificável para sua criação, e que deles é incontestável o direito de apropriação de seu processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Denis Borges; *Uma introdução à propriedade intelectual*. 2.ed.. Lúmen Juris, 2010 p. 10 – 44

ESTRAVIZ, Marcelo; *Um dia de Captador*. São Paulo. Zeppelini Editorial, 2011 p. 32-33

PMBOK®: *Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos*, 4. ed. 2008. EUA. Nota introdutória.

PMD PRO Project Management for Development Professionals, Version 1.5 July 2012, EUA. Versão em português, p. 4 - 120,

YUNUS, Muhammad – *Um mundo sem pobreza*. A empresa social e o futuro do capitalismo. P. 42 – São Paulo. Ática, 2008.

<http://escolaaberta3setor.org.br/ead/course/view.php?id=9>, apostila 2 do curso fundamental de agente do terceiro setor, Gestão de Organizações da Sociedade Civil, p. 7 , acessado em 06 de fevereiro de 2015.

<http://escolaaberta3setor.org.br/ead/course/view.php?id=9>, apostila 2 do curso fundamental de agente do terceiro setor, Ética Fundamental, p. 5 , acessado em 06 de fevereiro de 2015.

Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm; acessado em 17 de fevereiro de 2015.

Lei nº 6.910 de 19 de fevereiro de 1998;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm; acessado em 13 de fevereiro de 2015.

<http://sustentanews.wordpress.com.2010/04/20/desafios-do-terceiro-setor-no-brasil/>, acessado em 18 de dezembro de 2015.

[http://www.infopedia.pt/\\$activo-\(economia\)](http://www.infopedia.pt/$activo-(economia)) acessado em 05 de março de 2014.

Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm; acessado em 22 de fevereiro de 2015.

<http://crisvogt.blogspot.com.br/2011/05/conheca-as-maiores-empresas-do-mundo.html> acessado em 18 de março de 2015.